

Credores começam exame das contas brasileiras

WASHINGTON (do Correspondente) — Representantes dos banqueiros americanos e técnicos do Ministério da Fazenda começarão a avaliar hoje, em conjunto, o comportamento da economia do Brasil — colocando em prática o sistema de consulta recíproca acertado sexta-feira, durante a primeira rodada de negociações. Amanhã, outro grupo de trabalho vai analisar, especificamente, a proposta de securitização de parte da dívida externa — ou seja, a sua transformação em títulos a serem resgatados a longo prazo.

Os negociadores de ambas as partes aprontaram, ontem, uma agenda para os grupos, que deverão concluir seu trabalho até a próxima sexta-feira. Nesse dia haverá, em Nova York, o segundo encontro direto entre o Comitê Assessor dos Credores Privados e os negociadores brasileiros.

— Antes da nossa primeira reunião, na sexta-feira, houve um contato preliminar para que os banquei-

ros levantassem alguns números, como os dados do balanço de pagamentos do Brasil, para se preparar para a conversa — contou o Presidente do Banco Central, Fernando Milliet.

Essas informações deverão ser revistas ao longo desta semana, com a finalidade de justificar o pedido de refinanciamento de US\$ 10 bilhões dos juros devidos pelo Brasil entre 1987 e 1989.

— Os banqueiros se espantaram quando citamos esse número, mas argumentamos que o que estamos solicitando agora é menos do que eles nos deram antes. Em termos de moeda real, o que queremos agora significa a metade dos US\$ 11 bilhões obtidos para o período de 1983/84 — argumentou o Consultor Especial para Assuntos da Dívida Externa, Fernão Bracher, acrescentando:

— Dissemos a eles, ainda, que mais importante que esse cálculo é levar em consideração que esse di-

nheiro será usado justamente para aquilo que eles tanto reclamam: o pagamento dos juros.

Ontem, os banqueiros solicitaram que se formasse um grupo de trabalho para estudar especificamente a transformação da dívida em títulos. Eles querem saber quais são exatamente as pretensões brasileiras nessa área: desde o prazo de vencimento desses títulos como o tipo de juros, e especialmente as consequências que poderão surgir com a sua emissão.

— Uma das preocupações deles era saber se a colocação desses bônus ia aumentar a necessidade de financiamento da parte não securitizada da dívida — contou Milliet ao GLOBO, acrescentando: “eu inclusive, já adiantei que não há essa característica na nossa proposta, pois os encargos que caberão aos subscritores de bônus, ou aos que permanecerem com a dívida como está, serão em ambos os casos ajustados ao balanço de pagamentos”.